



Governança e desenvolvimento sustentável: conexões e contradições dentro do Capitalismo¹

Rafael Betancourt

Universidade Federal de Rio de Janeiro - pranicos@gmail.com

Eixo Temático 1: Educação para a Economia Verde e para o Desenvolvimento Sustentável

Resumo: O objetivo do presente trabalho é assinalar a importância de aprofundar a análise dos conceitos e características essenciais da governança, do desenvolvimento sustentável e do sistema capitalista. A abordagem destes conceitos e dos valores associados a eles, desde algumas perspectivas teóricas aplicadas ao campo da ciência e da tecnologia, a economia política internacional, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento a escala humana; mostra a nosso ver, importantes contribuições analíticas para a compreensão da dinâmica, muitas vezes contraditória, entre os postulados teóricos e a prática no campo do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: governança; desenvolvimento sustentável; capitalismo; economia verde.

Governance and Sustainable Development: Connections and Contradictions inside the Capitalism

Abstract: The aim of this paper is to bring out the importance of look further into the analysis of the concepts and essential features of governance, sustainable development and the capitalist system. These concepts approach, as the associated values to them, from some theoretical perspectives applied to the fields of science and technology, international political economy, economic development, and developing in the human scale; shows in our view, relevant analytical contributions to the understanding of the dynamic, often contradictory, between the theoretical postulates and practice in the field of sustainable development.

Keywords: governance; sustainable development; capitalism; green economy.

1 Introdução

Dividido em duas seções, este trabalho começa com uma abordagem sucinta dos conceitos básicos do capitalismo, o desenvolvimento sustentável e da governança. A segunda seção refere-se a algumas conexões e contradições encontradas entre os conceitos de governança e desenvolvimento sustentável, e do capitalismo, mesmo assim, entre os conceitos dos dois primeiros e seus mecanismos de aplicação; com base em alguns postulados do

¹ Trabalho realizado como requisito para a participação no Congresso “Responsabilidade e Reciprocidade, Valores Sociais para uma Economia Sustentável”, organizado pela FUNDAÇÃO ANTONIO MENEGETTI & FACULDADE ANTONIO MENEGETTI, em Recanto Maestro, Rio Grande do Sul, Brasil, na data 04 e 05 de novembro de 2011.

*Agradeço à professora Liliana Acero suas valiosas orientações e comentários ao presente trabalho, realizadas durante meu cursado na disciplina “Biocapital, Biopolítica e Biotecnologias: Redefinições no Capitalismo Contemporâneo”, no primeiro semestre do Mestrado em Economia Política Internacional na UFRJ (2011).



“Estudo Econômico e Social Mundial 2011” recentemente publicado pelo Departamento de Assuntos Econômicos Sociais das Nações Unidas, e aportes teóricos nos campos da governança do setor científico e tecnológico, da economia política internacional, do desenvolvimento econômico, e do desenvolvimento a escala humana.

2 Conceitos para a análise

2.1 Capitalismo

O termo *capitalismo*, de tão amplo uso na fala popular e na literatura histórica e atual, é usado de forma variada, e não tem gerado um acordo quanto a seu uso (DOBB, 1983, p. 3). Adam Smith e David Ricardo não utilizam o conceito nas suas análises político-econômicas; tudo indica que os clássicos da Economia Política não tinham motivos para tanto. Aos fins de não aprofundar na extensa literatura econômica sobre as definições do termo nas diferentes linhas de pensamento ao largo da história, só nos referiremos, aos fins do processo analítico que nos interessa, às seguintes duas visões:

Por uma parte, existe uma visão que dá um tratamento do material histórico ao conceito do capitalismo, que o identifica com a organização da produção para um mercado distante. Como o tipo de definição de “sistema comercial” usada, por exemplo, pelo Prof. Nussbaum: “um sistema de economia das trocas” no qual o “princípio orientador da atividade econômica é o lucro irrestrito” (ao qual, no entanto, ele acrescenta como característica adicional, que tal sistema se distingue por uma diferenciação da população em “proprietários e trabalhadores sem propriedade”) (DOBB, 1983, p. 6-7).

Por outro lado, esta a visão de Marx, que não buscava definir a essência do capitalismo num espírito de empresa ou como um sistema de produção para o mercado, nem no uso da moeda para financiar uma série de trocas com objeto de lucro, mas um determinado modo de produção. Assim, o capitalismo era “um sistema sob o qual a própria força de trabalho se tornara uma *mercadoria* e era comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de troca. Seu pré-requisito histórico era a concentração da propriedade, dos meios de produção em mãos de uma classe, que consistia apenas em uma pequena parte da sociedade, e o aparecimento conseqüente de uma classe destituída de propriedade, para a qual



a venda de sua força de trabalho era a única fonte de subsistência. (...) Neste sistema, os homens de capital, por mais ambiciosos, não bastam, seu capital tem de ser usado na sujeição do trabalho á criação da mais-valia no processo de produção” (DOBB, 1983, p. 7-8).

Para Marx, as *formas sociais do modo de produção capitalista* mostram a especificidade histórica do capitalismo. Segundo Altvater (2010, p. 63-64), na obra “O Capital” de Marx, o conceito de “capitalismo” aparece apenas uma única vez no segundo volume, onde afirma que o motivo e o fator que movem o capitalista são o enriquecimento, e não a fruição, onde o valor de troca domina sobre o valor de uso. Sobre a superação do capitalismo, Marx atribui ao modo de produção capitalista (no marco da concorrência) uma natureza concentradora e expansiva do capital, que transcende as fronteiras territoriais e nacionais. O autor Elmar Altvater escreve:

Marx teria analisado em O Capital o modo de produção capitalista na era da concorrência e mostrado como ela seria superada no transcurso da concentração e centralização do capital e com o advento de grandes sociedades anônimas, que conduziria ao monopólio, ao entrelaçamento de capital industrial e capital financeiro, á “formação de cartéis” na economia. A lógica da valorização não respeita as fronteiras territoriais; o espaço é submetido mediante a expansão do capital. (ALTVATER, 2010, p. 69).

Desde o ponto de vista do desenvolvimento econômico no marco do capitalismo, e associado à inovação e ao progresso técnico, Joseph Schumpeter (1984), em sua obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, confere ao sistema capitalista uma natureza de constante mudança econômica, que nunca pode estar estacionário, e que se recria permanentemente sobre suas próprias bases produtivas, afirmando que:

O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria (...) o mesmo processo de mutação industrial - se me permitem o uso do termo biológico - que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando a nova. Esse processo de Destruição Criativa PE o fato essencial acerca do capitalismo (SCHUMPETER, 1984, p. 112-113).



2.2 Desenvolvimento Sustentável

As práticas vinculadas ao conceito de desenvolvimento sustentável tem antigas origens, como as realizadas por culturas indígenas durante séculos ou talvez milênios. E a utilização da noção de sustentabilidade é notável e com uma longa trajetória - no que diz respeito às agências, programas e conferências do sistema das Nações Unidas desde os anos 60's até hoje. Nos começos da década de 70, surgiu com mais força como resposta à polarização gerada pela publicação do Clube de Roma, que opunha seguidores de duas visões opostas sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente:

...os possibilistas culturais (ou tecnocêntricos radicais), para os quais os limites ambientais ao crescimento econômico são mais que relativos diante da capacidade da inventiva da Humanidade. (...) Do outro lado, os chamados deterministas geográficos (ou ecocêntricos radicais), para os quais o meio ambiente apresenta limites absolutos ao crescimento econômico (ROMEIRO, 1999 *apud* MONTEIRO, 2010, p. 165).

Na *Declaração do Rio de Janeiro* (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: 1992), se teve a intenção de lançar as bases para o desenvolvimento sustentável. Bases que procuraram a busca dum equilíbrio entre as duas visões opostas mencionadas acima, não sendo reduzidas aos aspectos ambientais, como é evidente nos princípios 1,5, 8, 10, 20 a 22 e 25 de dita Declaração. “Esses princípios, referem-se aos seres humanos como o centro das preocupações para o desenvolvimento sustentável, à equidade intergeracional, a erradicação da pobreza como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, a necessidade de eliminar os sistemas de produção e consumo insustentáveis, a participação dos atores sociais, a equidade de gênero, valores e ideais, o respeito das identidades culturais e a interdependência entre paz, o desenvolvimento e a proteção do ambiente” (ELIZALDE, CAPALBO, DE CAMBRA, ACEVEDO, MAYORGA, UGARTE, GRINBERG, BALAZOTE, RADOVICH, 2000, p. 48).

Das muitas definições de sustentabilidade feitas nas últimas décadas, a que oferece o chamado "Relatório Brundtland" (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: 1987) – com todas as suas limitações - tem sido geralmente aceita e deu ao conceito ampla difusão. Este relatório define desenvolvimento sustentável como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das



gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (ELIZALDE, CAPALBO, DE CAMBRA, ACEVEDO, MAYORGA, UGARTE, GRINBERG, BALAZOTE, RADOVICH, 2000, p. 47).

2.3 Governança

O conceito de “governança” espalhou-se no plano internacional, em uma primeira onda, no início dos anos 1980, após das exigências feitas pelos gestores dos fundos de pensão para a “transparência” e por a renovação dos acionistas envolvidos no negócio, para os quais, um governo transparente de seus ativos era essencial (PESTRE, 2003, cap. 3). A "Boa governança" em seguida, mudou-se para a política por meio dos discursos das instituições internacionais como o Banco Mundial; a partir de então ela começou a aparecer na retórica das ONGs que trabalham nos países do sul para tornar a vida pública mais "responsável" (KALAORA: 1999). “A fase desta evolução nos 90’s, foi a noção da "governança global" e "perícia global", teorizada, em parte, na London School of Economics, que visa estabelecer valores comuns para a gestão de um futuro coletivo (De’farges Moreau, 2001)” (PESTE, 2008, p. 7).

438

Se pode dizer que "governança" constitui hoje a nova, mais elaborada e dominante forma de “governamentalidade”, conceito que segundo Foucault, é considerado a arte de governar o conjunto de conhecimentos administrativos e tecnologias "por meio do qual somos capazes de constituir, definir, organizar e instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, agindo livremente, pode ter com relação ao um outro (FOUCAULT, 1994, p. 728). Estas novas formas de governamentalidade não são propriedade exclusiva dos Estados-nação ou organizações internacionais. De fato, como foi mencionado anteriormente, o termo de "governança" foi inicialmente concebido no mundo dos negócios e das finanças, dito conceito está agora no centro de qualquer empresa (PESTRE, 2008, p. 8).

Como De’farges Moreau (2001) e outros sugeriram, “os discursos de governança transmitem a idéia da obsolescência do mundo da política como foi inventada e têm sido praticada por mais de dois séculos” (PESTE, 2008, p. 8). Não só porque o termo baseia-se em uma compreensão muito conflituosa do social, e muito confiante no Estado e nos procedimentos formais da democracia representativa, mas, além disso, porque nossas



sociedades agora têm que resolver questões globais, como por exemplo, os temas ambientais, que têm altos riscos para o planeta inteiro.

Dominique Pestre (2008), reflexiona sobre a difusão dum “discurso feliz” de governança, com elementos que propiciam a interpretação dum mundo onde não há mais conflitos de interesse real ou guerras, e não precisamos mais nos preocupar com a regulação e redistribuição dos bens e o debate no campo da política. “...Neste universo de boa vontade, todos foram ideologicamente reconciliados. Assim, a questão da representação política não é mais uma questão de viver, e tudo tornou-se a responsabilidade de todos. A única tarefa que resta é a fiscalização; as questões de soberania, legitimidade e poder podem ser tranquilamente esquecidas” (PESTRE, 2008, p. 8).

3 Conexões e contradições

Vistas as três definições e algumas de suas características particulares, se pode dizer, que a principal conexão entre o capitalismo, a governança e o desenvolvimento sustentável, radica na própria contradição entre os valores associados e estes conceitos. Parte-se da idéia do conceito do capitalismo, como um sistema cujos “princípios orientadores” da atividade econômica são o lucro irrestrito, o enriquecimento “individual”, e a concorrência; questão que se contrapõe e subordina os princípios vinculados á governança e o desenvolvimento sustentável, como o “Bem Comum”, a solidariedade, a transparência, e a eficiência no uso dos recursos para o desenvolvimento e reprodução do sistema. A mesma natureza concentradora e expansiva do modo de produção capitalista, em constante mudança auto-recriadora de suas próprias bases produtivas, faz dele um sistema de complexas e interdependentes relações que abrangem a dinâmica global de acumulação de riqueza e poder, e de constantes transformações para se adaptar às mudanças nas forças sociais e ambientais das quais forma parte e depende.

Os mecanismos de “governança” podem então, formar parte dum processo de reconfiguração do sistema, em resposta aos problemas globais gerados parcial o totalmente por este, e que ameaçam seus princípios orientadores. O anterior pode explicar as abordagens teóricas de Dominique Pestre (2008) sobre as dificuldades da governança no campo técnico-



científico. O autor explica que em nossas democracias baseadas no mercado, a dialógica e a democracia participativa não são centrais para a regulação dos conhecimentos e produtos do setor; estes são regulados principalmente por outras instituições que estão fora da ordem dialógica. A democracia não é um regime político livre de conflitos; e discursos de participação tornaram-se elementos centrais de uma nova forma de governamentalidade, e conceitos, como o "desenvolvimento sustentável" podem esconder mais do que revelam sobre o que está em jogo. “Hoje estamos vivendo em um momento de tensão máxima entre dois grandes dimensões históricas da *modernização*, um processo ligado à democracia e sua extensão, a invenção humana, e outro, a *technophilic business*” (a empresa tecnofílica) (PESTRE, 2008, p. 1).

Na pesquisa publicada o 5 de Julho de 2011 pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas – DESA - (Estudo Econômico y Social Mundial 2011 - Sinopse em espanhol:32), se alerta que para evitar uma “catástrofe planetária”, é preciso realizar uma nova revolução industrial e energética global, e onde “a atual forma de fazer negócios não é mais uma opção”.

No relatório, se afirma que deve se desenvolver uma transformação baseada em tecnologias verdes, onde a “economia ecológica ou verde” (cujo conceito se baseia em garantir que a atividade humana não exceda os limites da capacidade da terra como fonte de dreno), tem que ser o novo paradigma e conceito-chave a este respeito, devido a que sua essência - segundo o informe - é “totalmente consistente” com o desenvolvimento sustentável formulado pelas Nações Unidas. Além disso, se descartam outras alternativas como a de limitar o crescimento da renda, e reduzir o crescimento da população, devido a que isso implicaria complicações para conseguir os objetivos de desenvolvimento e a melhoria dos padrões de vida da grande maioria da população do mundo.

Mas deixando para outro momento a divergências referidas ao “consenso” científico sobre o aquecimento global e os prognósticos catastróficos das mudanças climáticas supostamente causadas pelas atividades humanas (LINO, 2010), nos perguntamos se é a principal combinação atual de técnicas e forças produtivas – como as tecnologias baseadas em recursos combustíveis fósseis e recursos poluentes e não renováveis – a causa originária dos problemas que busca solucionar o desenvolvimento sustentável, ou um sintoma mais da



lógica atual do sistema inter-estatal capitalista, dominado pelos interesses corporativos e hegemônicos das grandes potências? (FIORI, 2007).

A saída da “economia verde” do relatório da ONU, não parece brindar clareza sobre as questões inerentes às atividades humanas sobre o meio ambiente, nem sobre as problemáticas estruturais do sistema com respeito à sustentabilidade, como por exemplo: a relatividade da sustentabilidade devido a impossibilidade de evitar os efeitos da atividade do homem na natureza e de ignorar os limites naturais; qual é o papel do planejamento na dinâmica econômica na procura de uma mais equitativa distribuição da riqueza, do consumo comedido, da racionalidade na produção e no transporte, da eficiência no uso dos recursos no progresso técnico, da diminuição da obsolescência tecnológica, e do controle demográfico; mesmo assim, como superar as barreiras ainda existentes nos mecanismos de governança global na gestão democrática e participativa dos assuntos que tocam os interesses políticos e econômicos nacionais? (MONTEIRO, 2010).

Não é difícil, já tendo uma compreensão mais clara dos conceitos analisados no presente trabalho, detectar incongruências, omissões e contradições entre as propostas dos mecanismos de governança mundial, e os postulados teóricos e discursos no âmbito do desenvolvimento sustentável, e que parecem estar conectadas a um processo de reconfiguração das bases econômicas e geopolíticas que compõem o sistema inter-estatal capitalista, que ainda se resiste à reconfiguração essencial dos princípios que o orientam. Dita reconfiguração essencial refere-se, em nossa forma de ver, à simples mas transcendente inversão da lógica da “busca do lucro antes do bem comum” à da “busca do bem comum antes do lucro”, que dá ao lucro seu devido papel de meio para lograr o bem estar do ser humano, e não o contrário. É nesta última direção, a da reconfiguração essencial, a qual se dirige o conceito de desenvolvimento sustentável, e os avanços neste sentido, dependeram de nossa clareza na aplicação de dita lógica, independentemente do nome que lhe demos a este tipo de desenvolvimento.



RESPONSABILIDADE E RECIPROCIDADE

Valores Sociais para uma Economia Sustentável

Referências

- ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ELIZALDE, L.; CAPALBO, L.; DE CAMBRA, J.; ACEVEDO, M.; MAYORGA, M.; UGARTE, C.; GRINBERG, M.; BALAZOTE, A.; RADOVICH, J. **El resignificado del desarrollo**. Estrategias de transición del paradigma mecanicista a la conciencia planetaria. UNIDA. 2000.
- FIORI, J. L. **O poder global**. São Paulo: Biotempo, 2007.
- NAÇÕES UNIDAS (ONU). Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. **Estudo Econômico e Social Mundial**: a grande transformação com base em tecnologias verdes. Sinopse em Espanhol, 2011.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- PESTRE, D. Challenges for the Democratic Management of Technoscience: Governance, Participation and the Political Today. **Science as Culture**, v. 17, n. 2, p. 101-119, 2008.
- MONTEIRO, M. Desenvolvimento sustentável: a politização da economia física. **Oikos**, v. 9, n. 1, p. 165-176, 2010.
- LINO, G. Alguns fatos básicos sobre mudanças climáticas. **Oikos**, v. 9, n. 1, p. 177-188, 2010.